

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Autora: Letícia Barbosa de França Silva¹
Coautor: Jhowan Gabryell Torres da Silva²
Orientador: Fernanda Guarany Mendonça Leite³

INTRODUÇÃO

Ao buscar conhecer as necessidades educativas especiais (NEE) dos estudantes incluídos no ensino regular e observar as limitações das escolas ao trabalhar para que crianças e adolescentes sejam respeitados em seus direitos, ressaltamos a importância de práticas pedagógicas como elemento chave para promover o respeito às diferenças existentes em sala de aula. Segundo Mantoan (2003), “Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças.”, sendo assim, a inclusão tem como seu papel principal contribuir para o desenvolvimento da sociedade a partir do respeito para com o próximo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs) estabelecem que:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Considerando a importância do professor como agente principal do ensino na perspectiva inclusiva, os objetivos deste trabalho são analisar e avaliar o papel do docente, sua qualificação, atitudes e habilidades sociais frente à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e o ensino oferecido a tais alunos, a fim de viabilizar a inclusão de maneira eficaz e satisfatória, observando essas práticas no ensino da geografia. O ensino da geografia ainda está pautado por uma postura bastante tradicional, sendo assim, cabe aos professores procurar novas práticas pedagógicas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações com que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades das pessoas com necessidades especiais.

Para os professores, o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais é um grande desafio, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuarem com olhar mediador em sala de aula, sendo agentes facilitadores do processo e ensino-aprendizagem, propondo mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, através da reflexão comprometida e responsável diante da perspectiva inclusiva.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, leeh1418@gmail.com;

²Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, torresgabryell@gmail.com;

Professora orientadora: Mestre, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, fernandaleite@recife.ifpe.edu.br.

A inclusão educativa é parte do desenvolvimento social da comunidade escolar, ao promover o respeito de uns pelos outros na escola. É por meio de ações de conscientização e não de discurso restrito às reuniões pedagógicas dentro da escola que iremos construir a verdadeira inclusão em sala de aula.

Fala-se mais e mais de inclusão, sem pensar que não se trata de incluir, trata-se sim de conhecer as diversas possibilidades para o desenvolvimento humano e de estar aberta e elas numa relação dialógica genuína (PRESTES, 2010, p.191).

Mediante essa necessidade, optamos por uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento de nossa pesquisa, na qual é possível identificar e analisar dados para uma reflexão do papel da escola e principalmente do professor ao buscar incluir todos os alunos em sala de aula. Marconi & Lakatos (2008, p. 29) explicitam:

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não por empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexibilidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendência a rede de relações sociais.

Considerando a temática escolhida, aprofundamos inicialmente a nossa pesquisa em levantamentos bibliográficos, para embasar uma discussão com os materiais desenvolvidos nas atividades propostas para realização e finalização do projeto. Serão realizadas visitas em unidades de ensino onde os professores entrevistados poderão contribuir com diálogos acerca dos recursos utilizados para o ensino da geografia com alunos portadores de necessidades especiais. Com as visitas, será possível observar o papel dos recursos didáticos para o processo inclusão a partir dos materiais utilizados pelos professores dentro da sala de aula.

Após esse primeiro contato com a realidade escolar procura-se aprimorar os recursos didáticos já vivenciados pelos docentes, como assim também, a construção de novos materiais que possibilitem um melhor desenvolvimento dos conteúdos lecionados em classe.

Por fim, busca-se mediante nossos estudos contribuir para o aprimoramento da inclusão de alunos com necessidades especiais na comunidade escolar, se iniciando dentro das suas respectivas salas de aula e trabalhando em conjunto com as escolas visitadas no início da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, busca-se dar continuidade às construções de recursos didáticos que possibilitem dentro da escola um método inovador para o ensino de geografia direcionado a alunos com necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola na atualidade está cada vez mais empenhada em acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. A legislação também requer que as escolas tenham professores de ensino regular preparados para promover a integração dos estudantes com necessidades especiais nas classes comuns. Uma criança portadora de necessidades educativas especiais não deve ter de procurar uma escola especializada, pois a escola pública tem o dever de acolher a mesma; e é atribuição dos professores estar capacitados, elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela.

Ao incluir esses estudantes no âmbito da vivência escolar, os educadores estarão

cumprindo mais um de seus objetivos de formar cidadãos críticos e prontos para a vida além dos muros da escola, tendo em vista que a inclusão não deve estar restrita à escola ou à comunidade escolar de um determinado local, mas deve ser instituída na sociedade como um todo, garantida como um direito de todos os cidadãos. A inclusão é direito inalienável de todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades na sociedade. Idosos, negros e os portadores de deficiências físicas, visuais, auditivas e intelectuais são alvo de discriminação pelos padrões impostos pela sociedade. Na realidade brasileira, esses seus direitos, que são garantidos por lei acabam sendo limitados.

O Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação, segundo a Lei, deve promover inclusão social, formação de cidadãos e profissionais competentes, com a colaboração da sociedade. Porém, vemos que existem contradições em relação à situação real da educação em nosso país. A cidadania tem como conceito principal o exercício de direitos e deveres civis, políticos e sociais assegurados na Constituição do nosso país, mas o que garantiria a todos a vivência da cidadania de fato e de direito? Muitas unidades de ensino deixam a desejar quando o assunto é inclusão, preocupam-se somente em oferecer um bom “material educativo” e acabam excluindo crianças e adolescentes que simplesmente querem ser reconhecidos pelo que realmente são, e não pelo que “não são” ou “não podem”.

A prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de políticas, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de aprendizagem, os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição e a LDB.

A interligação da cidadania e do respeito oferecidos aos alunos com NEE nas escolas deve ocorrer de forma a conscientizar da necessidade de uma inclusão efetiva e não apenas da inserção na escola. A inclusão desses alunos é cada vez mais ativa, entretanto, não é suficiente para fazer com que muitos desses alunos se sintam verdadeiramente incluídos no ambiente escolar e simultaneamente na sociedade.

O ensino especializado aos portadores de necessidades especiais é expresso por lei pelo Artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, no inciso III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Considerando nosso foco na perspectiva inclusiva dos professores de geografia, ressaltamos a importância de se realizar formações pedagógicas para estes docentes. Isso possibilitaria ao professor construir conhecimentos que possivelmente não foram vistos em sua graduação. A partir disso, os docentes de geografia poderiam refletir e construir práticas pedagógicas para cumprir seu papel de conscientização da inclusão, por meio de ações que ressaltam a proficiência dos estudantes que possuem necessidades especiais e como seus saberes devem ser aproveitados para o desenvolvimento dos estudantes e da comunidade escolar.

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes- fazeres docente a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 2009, p.15).

O ensino da geografia abre um leque muito grande de opções de ensino, de práticas pedagógicas e de abordagens que promovem inclusão. Por se tratar de uma disciplina que abrange do centro da Terra ao topo do Everest, é sempre possível trazer opções diferenciadas e inteligentes para que a aula flua de maneira igual para todos os estudantes.

Um empecilho muito grande para essas mudanças criativas é o modo como a geografia ainda é lecionada, principalmente nos Ensino Fundamental, ainda temos a presença bastante forte dos métodos de ensino da geografia clássica, com foco em memorização de dados e descrição de imagens. Assim, as aulas são desinteressantes para todos os estudantes, ignorando as necessidades especiais de cada um.

A educação escolar, por sua vez, está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos, cuja finalidade é contribuir com o processo de humanização de ambos pelo trabalho coletivo e interdisciplinar destes com o conhecimento, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora. (PIMENTA, 2009, p.23).

Modos criativos de ministrar aula, como a exposição dialogada e produção de maquetes, maquetes em relevo para que os estudantes sintam e vejam como se formam e do que são formadas as camadas da terra, vídeos que instiguem e revelem que a geografia está ligada à população e não só à terra em si.

Esses recursos podem ser adaptados para o uso de todos e trariam vida às aulas de geografia. Estudantes interessados facilitam a convivência e o aprendizado. Incluir alunos com necessidades especiais não só promove a criatividade em sala, como também a cidadania em todas as partes envolvidas.

Um professor criativo é bem articulado para lidar com situações adversas da maneira mais leve possível. Propor atividades interativas chama a atenção de todos, sem barreiras. Cores vibrantes, materiais que tenham formas e emitam sons, que possam ser tocados, movidos e construídos, são maneiras simples e acessíveis para professores ministrarem aulas interessantes e bem estruturadas para todos os alunos.

A busca pela troca de ideias e experiências em sala de aula promovidas em formações pedagógicas, tem a intenção de ajudar inteiramente na construção de um caráter ético nos estudantes, fazendo com que assim possam encontrar a sua verdadeira identidade.

A cada dia a sociedade contemporânea passa por um processo de renovação em que se faz necessário agregar valores para que seja extinta toda e qualquer forma de preconceito; em que seja realizada em sua forma mais plena a execução da palavra “democracia”, buscando a formação plena de uma pessoa frente à educação e ao acesso aos meios de conhecimento e informação. Seguindo essa trajetória, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais está cada vez mais em crescente evidência dentro de nossas escolas.

[...] entendendo que na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o seu trabalho enquanto mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, para o que ocorre a superação do fracasso e das desigualdades escolares. (PIMENTA, 2009, p18).

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular e o ensino precisa ser repensado, a fim de atender às demandas de cada um, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o ensino dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos. A escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. As mudanças de grande

porte competem aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação; as de pequeno porte são mudanças que cabem nas iniciativas dos professores, que devem buscar recursos para ampliar sua qualificação, com o intuito de inserir esses alunos de forma eficaz e humana. Quanto à iniciativa dos professores, sua eficácia depende da formação correta dos profissionais, que também compete aos órgãos públicos, bem como de sua dedicação como profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das escolas regulares no Brasil não está preparada para receberem e ensinarem aos alunos com necessidades educativas especiais, devido a problemas de infraestrutura e formação profissional da equipe. As barreiras que podem impedir o acesso de alguns estudantes ao ensino e à convivência estão relacionadas a diversos componentes e dimensões da escolarização. Ocorrem, também, impedimentos na ação dos educadores; eles reconhecem, cada vez mais, a diversidade humana e as diferenças individuais que compõem seu grupo de alunos e se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional e garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes.

Não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo. A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.

A transformação de paradigma na Educação exige professores preparados para a nova prática, de modo que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo. O saber está sendo construído à medida que as experiências vão se acumulando e as práticas anteriores vão sendo transformadas. É função do educador estar preparado para educar indivíduos na sua diversidade. Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem tenham direito à escolarização ajustada às suas especificidades. A ideia da inclusão é mais do que somente garantir o acesso à entrada dos estudantes nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação discente no processo educativo.

Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional. A inclusão de pessoas com necessidades especiais faz parte do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania. Esse paradigma, na escola, apresenta-se no projeto pedagógico que norteará sua ação, explicitará sua política educacional, seu compromisso com a formação dos estudantes e com ações que favoreçam a inclusão social.

REFERÊNCIAS

- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 6. 2003.
- _____. Ministério da Educação e Cultura: **Constituição Federal**. Artigo 205, 1988.
- _____. Resolução n. 02/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE, 2001.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: ___. (Org.).

Saberes pedagógicos e atividade docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009a. p.15- 18-23.
PRESTES, Z. **Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil - repercussões no campo educacional.** 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.